

Brasileveículos Companhia de Seguros

CNPJ: 01.356.570/0001-81



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuariais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da Brasileveículos Companhia de Seguros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.
A Brasileveículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.
Reformulação societária
Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, peão rural, residencial, empresarial, massificados e o run-off do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da Brasileveículos Companhia de Seguros para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos
No exercício de 2018 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1,4 bilhões, retração de 6,1% em relação ao exercício do ano anterior, em função das alterações nas políticas de subscrição.

Índice combinado
O índice combinado no exercício de 2018 foi de 102,8%, aumento de 3,9 p.p. em relação ao exercício do ano anterior, impactado pela alta sinistralidade da carteira de automóvel. No ano realizamos revisões de processos, ferramentas, sistemas e políticas, como de subscrição da Companhia.

Distribuição de dividendos
No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 79,4 milhões, na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 51,9 milhões e R\$ 27,5 milhões, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.568.417	1.629.850	Circulante		1.328.680	1.412.419
Disponível		1.055	3	Contas a pagar		93.766	135.861
Caixa e bancos		1.055	3	Obrigações a pagar	15a	44.425	65.647
Equivalente de caixa		8.982	284	Impostos e encargos sociais a recolher	15b	43.308	45.572
Aplicações	5	783.679	756.835	Encargos trabalhistas		2.770	4.988
Créditos das operações com seguros e resseguros		589.766	603.688	Impostos e contribuições	16	2.151	8.461
Prêmios a receber	7	589.766	603.688	Outras contas a pagar		1.112	11.193
Outros créditos operacionais	8	13.837	17.277	Débitos de operações com seguros e resseguros		54.789	83.764
Titulos e créditos a receber		45.587	61.897	Prêmios a restituir		8	68
Titulos e créditos a receber	9	7.274	5.936	Corretores de seguros e resseguros	17	54.735	83.608
Créditos tributários e previdenciários	20b	34.817	41.164	Outros débitos operacionais		46	88
Outros créditos		3.498	14.797	Depósitos de terceiros	18	20.367	25.126
Outros valores e bens		25.700	84.757	Provisões técnicas - seguros	19	1.159.758	1.167.668
Bens à venda	11	25.700	84.746	Danos		1.157.790	1.165.790
Outros valores		-	11	Pessoas		1.968	1.878
Despesas antecipadas		781	927	Passivo não circulante		963.958	901.890
Custos de aquisição diferidos	12	99.030	104.182	Provisões técnicas - seguros	19	457.871	387.244
Seguros		99.030	104.182	Danos		457.244	386.781
Ativo não circulante		1.166.900	1.179.250	Pessoas		627	463
Realizável a longo prazo		1.108.425	1.105.377	Outros débitos		506.087	514.846
Aplicações	5	388.981	373.464	Provisões judiciais	23	506.087	514.846
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.353	11.233	Patrimônio líquido	24	442.679	494.791
Prêmios a receber	7	14.353	11.233	Capital social		335.319	335.319
Titulos e créditos a receber		673.761	695.658	Reservas de lucros		107.125	159.521
Créditos tributários e previdenciários	26b	90.777	86.459	Ajustes de avaliação patrimonial		235	(49)
Depósitos judiciais e fiscais	23	582.984	609.199				
Custos de aquisição diferidos	12	30.420	25.022				
Seguros		30.420	25.022				
Investimentos		370	382				
Participações societárias		358	369				
Outros investimentos		12	13				
Imobilizado	13	1.772	2.247				
Bens móveis		444	832				
Outras imobilizações		1.328	1.415				
Intangível	14	56.333	71.244				
Outros intangíveis		56.333	71.244				
Total do ativo		2.735.317	2.809.100	Total do passivo		2.735.317	2.809.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

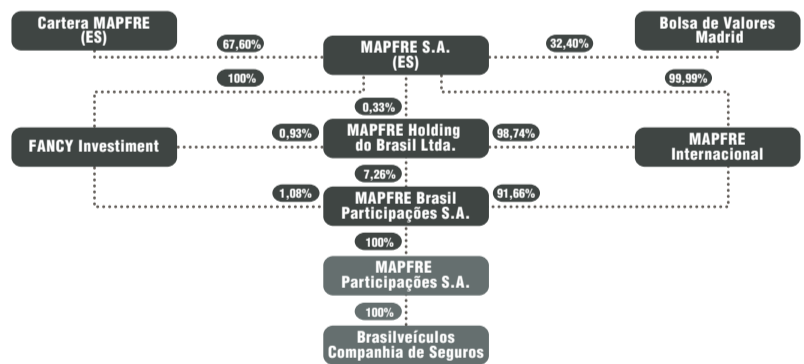
	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	335.319	63.418	124.059	(377)	522.419
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	328	328
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 07 de março de 2017	-	-	(4.400)	-	(4.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(15.600)	-	(15.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	(24.000)	-	(24.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.700)	-	(6.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 01 de setembro de 2017	-	-	(5.400)	-	(5.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(7.000)	-	(7.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 07 de março de 2017	-	-	(9.400)	-	(9.400)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(9.000)	-	(9.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	(3.800)	(3.800)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	83.777	83.777
Distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	3.647	-	(3.647)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.733)	(10.733)
Reserva de investimentos	-	-	60.097	(60.097)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	335.319	67.065	92.456	(49)	494.791
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	284	284
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	(3.867)	-	(3.867)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	(12.000)	-	(12.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	(19.950)	-	(19.950)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	-	-	(16.100)	-	(16.100)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	(4.900)	-	(4.900)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 12 de novembro de 2018	-	-	(14.600)	-	(14.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.021	27.021
Distribuição do resultado:					
Reserva de investimentos	-	-	27.021	(27.021)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.319	67.065	40.060	235	442.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasileveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasileveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional. A rede de distribuição da Companhia tem cobertura nacional e conta com uma sinergia com a rede de distribuição bancária do Banco do Brasil S.A., além do atendimento através da internet e centrais telefônicas. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasileveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) celebraram o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da Brasileveículos Companhia de Seguros para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobrecargas e estimativas que possuem caráter de julgamento; **iii.** informações de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3j, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 2a - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas

→continuação

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo o valor pular ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **b) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilpre Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social consistem como impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, permitindo a utilização de recursos de forma mais eficiente e quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, permitindo a utilização de recursos de forma mais eficiente e quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, permitindo a utilização de recursos de forma mais eficiente e quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** e **• Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, permitindo a utilização de recursos de forma mais eficiente e quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

normais e em condições de Stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as pressmas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2018 Total
Disponível	1.055	-	-	1.055
Equivalente de caixa	8.982	-	-	8.982
Aplicações (*)	332.211	557.948	145.743	1.035.902
Créditos das operações com seguros e resseguros	589.766	14.353	-	604.119
Outros créditos operacionais	13.837	-	-	13.837
Títulos e créditos a receber (**)	10.770	-	-	10.770
Outros valores e bens	24.289	1.411	-	25.700
Despesas antecipadas	781	-	-	781
Costos de aquisição diferidos	99.300	30.420	-	129.720
Total do ativo	1.080.721	604.132	145.743	1.830.596
Provisões técnicas (**)(***)	1.152.237	297.268	30.455	1.479.960
Contas a pagar	93.766	-	-	93.766
Débitos das operações com seguros e resseguros	54.789	-	-	54.789
Depósitos de terceiros	20.367	-	-	20.367
Total do passivo	1.321.159	297.268	30.455	1.648.882

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	2017 Total
Disponível	3	-	-	3
Equivalentes de caixa	284	-	-	284
Aplicações (*)	612.178	384.241	-	996.419
Créditos das operações com seguros e resseguros	603.688	11.233	-	614.921
Outros créditos operacionais	17.277	-	-	17.277
Títulos e créditos a receber (**)	20.733	-	-	20.733
Outros valores e bens	57.029	27.701	-	84.730
Despesas antecipadas	927	-	-	927
Costos de aquisição diferidos	104.182	25.022	-	129.204
Total ativo	1.416.328	448.197	-	1.864.525
Provisões técnicas (**)(***)	1.048.183	341.226	31.711	1.421.120
Contas a pagar	135.861	-	-	135.861
Débitos das operações com seguros e resseguros	83.764	-	-	83.764
Depósitos de terceiros	25.126	-	-	25.126
Total passivo	1.292.934	341.226	31.711	1.665.871

(*) As aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 137.668 (R\$ 133.880 em 2017) e R\$ 137.669 (R\$ 133.792 em 2017), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 582.984 (R\$ 609.199 em 2017), e provisões judiciais de R\$ 506.087 (R\$ 514.646 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das suas respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 125.594 (R\$ 127.623 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR e aplicação aos fundos de investimento de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é:

	2018 VaR	2017 Patrimônio líquido
Liquidez	3,5	901.959

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,18 anos (1,73 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 132.568 (R\$ 627.520 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros; e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 1.173.570 (R\$ 1.130.299 em 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 137.668 (R\$ 133.880 em 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.035.902 (R\$ 996.419 em 2017). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Impacto no patrimônio líquido (bruto de impostos)

	2018	2017
Fator de risco		
Taxa de juros e cupons	10.156	62.838
a) Elevação de taxas	(10.156)	-
b) Redução de taxas	-	-
Parâmetro: 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.		
Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro da unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais entre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para <i>report</i> de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 32/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:		

	2018	2017
Patrimônio Líquido	442.679	358
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(378)	-
Despesas antecipadas	(781)	-
Ativos intangíveis	(56.333)	-
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	385.207	-
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	5.901	1.428
Ativos líquidos - Nota explicativa nº 21 - (b)	(1.428)	-
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)	43%	-

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **•** Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. **•** Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **•** Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *Market to Model* do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e em função de custodiadas, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBOvespa) para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, no SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

	2018	2017
d) Taxa de juros contratada		
	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% SELIC	100% SELIC
NTN-B	5,62%	3,82%
NTN-F	-	-
LTN	13,11%	7,05%
Debêntures	111,5% do CDI	100% do CDI + 0,35
Depêntures	111,5% do CDI	100% do CDI + 0,35
LF	107,5% do CDI	107,5% do CDI

	Saldo em 2017	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	Saldo em 2018
Valor justo por meio do resultado	522.142	962.428	(747.504)	-	40.852	777.918
Disponíveis para venda	146.279	18.073	(40.380)	517	8.507	132.996
Mantidos até o vencimento	461.878	747	(234.662)	-	34.693	262.565
Total	1.130.299	981.248	(1.022.546)	517	84.052	1.173.570

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Rendimentos	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	412.681	799.767	(736.160)	-	45.854	522.142
Disponíveis para venda	177.364	17.500	(64.551)	596	15.370	146.279
Mantidos até o vencimento	517.338	-	(91.657)	-	35.997	461.878
Outras aplicações	108	-	(108)	-	-	-
Total	1.107.691	817.267	(892.476)	596	97.221	1.130.299

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção às movimentações, minimizando os riscos de mercado. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, e diante ao cenário atual, a exposição de investimentos ao risco foi reduzida comparado ao cenário anterior, não havendo movimentações de proteção (*hedge*) a partir do dia 17 de dezembro de 2018.

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

	2018	2017
Redução ao valor recuperável		
Prêmios a receber	1.510.416	1.419.107
Recuperação	(4.649)	(13.282)
Prêmios a receber líquido	1.505.767	1.405.825

	2018	2017
Ramos		
Automóvel	368.302	(9.888)
Responsabilidade civil facultativa	154.016	(4.649)
Assistência e outras coberturas - Auto	87.975	(2.329)
Acidentes pessoais passageiros	9.513	(382)
Axial funeral	1.459	(9)
Compreensivo residencial	112	(1)
Total	621.377	(17.258)

</

← continuação

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018		2017		2016	
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Provisões técnicas - Seguros	1.066.835	302.695	147.591	31.862	5.929	1.554.912
Saldo no início do exercício	1.459.059	—	19.461	10.205	29.917	1.518.642
Diferimento pelo risco decorrido	(1.441.457)	—	—	—	—	(1.441.457)
Aviso de sinistros	—	785.199	—	—	—	785.199
Pagamento de sinistros/benefícios	—	(878.156)	—	—	(24.133)	(902.289)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	116.846	—	—	—	116.846
Atualização monetária e juros	—	(14.224)	—	—	—	(14.224)
Saldo no final do exercício	1.084.437	312.360	167.052	42.067	11.713	1.617.629
						2017
Provisões técnicas - Seguros	1.066.835	302.694	147.591	31.861	5.931	1.554.912
Saldo no início do exercício	1.459.059	—	19.461	10.205	29.917	1.518.642
Diferimento pelo risco decorrido	(1.441.457)	—	—	—	—	(1.441.457)
Aviso de sinistros	—	785.058	—	—	—	783.058
Pagamento de sinistros/benefícios	—	(979.625)	—	—	(11.152)	(990.777)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	194.898	—	—	—	194.898
Atualização monetária e juros	—	(3.865)	—	—	—	(3.865)
Reversões	—	—	(5.373)	—	—	(5.373)
Saldo no final do exercício	1.066.835	302.694	147.591	31.861	5.931	1.554.912

(*) Inclui o montante de R\$ 181.512 (R\$ 153.597 em 2017) referente a provisão de sinistros a liquidar judiciais (vide nota explicativa nº 22).

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	7.117.430	1.135.022	1.143.994	1.067.365	914.211	802.426	802.426
Um ano após o aviso	7.323.974	1.172.772	1.179.552	1.094.011	945.256	—	945.256
Dois anos após o aviso	7.344.478	1.183.179	1.196.206	1.104.064	—	—	1.104.064
Três anos após o aviso	7.369.903	1.198.929	1.201.684	—	—	—	1.201.684
Quatro anos após o aviso	7.385.454	1.201.592	—	—	—	—	1.201.592
Cinco anos ou mais após o aviso	7.385.755	—	—	—	—	—	7.385.755
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2018	7.385.755	1.201.592	1.201.684	1.104.064	945.256	802.426	12.640.777
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	7.292.379	1.169.301	1.177.677	1.084.392	927.407	681.982	12.333.138
Provisão de Sinistros a Liquidar no período de análise	93.376	32.291	24.006	19.673	17.849	120.444	307.639
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2018 (*)	—	—	—	—	—	87.310	87.310
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	—	—	—	—	—	394.949	394.949
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	137.669	137.669
Retrocessado	—	—	—	—	—	574	574
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	—	—	—	—	—	533.192	533.192

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.826.489	888.060	899.146	897.995	770.594	681.982	681.982
Um ano após o aviso	7.136.273	1.140.455	1.163.283	1.073.857	927.407	—	927.407
Dois anos após o aviso	7.200.361	1.157.645	1.171.958	1.084.392	—	—	1.084.392
Três anos após o aviso	7.240.957	1.164.099	1.177.677	—	—	—	1.177.677
Quatro anos após o aviso	7.268.135	1.169.301	—	—	—	—	1.169.301
Cinco anos ou mais após o aviso	7.292.379	—	—	—	—	—	7.292.379
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	7.292.379	1.169.301	1.177.677	1.084.392	927.407	681.982	12.333.138

A Companhia não cede riscos a resseguradores.

(*) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados e Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisões técnicas	1.617.629	1.554.912
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(80.068)	(91.175)
Direitos credtórios	(499.266)	(497.935)
DPVAT	(137.669)	(133.792)
Total a ser coberto	900.626	832.540
Quotas e fundos de investimentos	902.906	850.100
Títulos de renda fixa - públicos	116.273	90.967
Títulos de renda fixa - privados	16.723	55.312
Total de aplicações	1.035.902	996.419
Ativos livres	135.276	163.689

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAIS

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Provável	4.189	181.512	181.512	4.796	153.597	153.597
Total	4.189	181.512	181.512	4.796	153.597	153.597

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

Lei nº	Tipo	Base	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
					2018	2017	2018	2017	2018	2017
(I) 9.718/1998	COFINS	Receita prêmio	05/1999 a 12/2014	PROVAVEL	435.420	422.503	510.998	493.499	435.420	422.503
(II) 9.718/1998	COFINS	Receita financeira	05/1999 a 12/2014	POSSIVEL	—	—	—	—	103.015	99.850
(III) 7.181/1998	PIS	Receita financeira	05/1999 a 12/2014	POSSIVEL	—	—	—	—	6.505	6.296
(IV) 12.973/2014	COFINS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSIVEL	—	—	—	—	31.188	26.648
(V) 12.973/2014	PIS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSIVEL	—	—	—	—	5.068	4.330
									435.420	422.503
									145.776	137.124
									581.196	559.627

Demais processos	Tipo	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco	
					2018	2017	2018	2017	2018	2017
(1)	PIS	EC 17/1997	01/1996 a 01/1999	POSSIVEL	7.867	7.074	7.867	7.648	7.867	7.074
(2)	IRPJ	Dedutibilidade da CSLL	1997 em diante	PROVAVEL	—	46.322	—	48.847	—	46.322
(3)	CSLL	Aumento da alíquota	06/2008 em diante	POSSIVEL	31.437	27.586	31.437	30.366	31.437	27.586
(4)	IRPJ	Compensação	2003	POSSIVEL	—	—	2.439	2.328	2.439	2.328
(5)	IRPJ	Ação anulatória	2.005/2006	PROVAVEL	8.404	—	8.404	—	8.404	—
									4.404	46.322
									41.743	36.988
									50.147	83.310

Nota (1) - PIS - EC nº 17/1997 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo nº 195 da CF/1988. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. **Nota (2) - IRPJ** - A Companhia pleitou judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL), para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 em diante. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Julgado prejudicado o Recurso Extraordinário interposto pela Companhia, face ao julgamento do STF no RE nº 582.525. Convertidos os depósitos judiciais em pagamento definitivo. **Nota (3) - CSLL** - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e negou-se seguimento ao seu Recurso Extraordinário, restando mantida a decisão desfavorável de segunda instância. Aguarda conversão dos depósitos judiciais em pagamento definitivo. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. **Nota (4) - IRPJ** - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de Apelação.

b) Movimentação

	2018				2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	503.485	9.875	1.286	514.646	6.384	10.031	16.415	26.830
Constituições/reversões	—	—	—	—	6.384	10.031	16.415	26.830
Atualização monetária	26.844	1.256	266	28.366	(47.201)	(1.149)	(4.990)	(53.340)
Baixas	(47.201)	(1.149)	(4.990)	(53.340)	—	—	—	—
Saldo final	483.128	16.366	6.593	506.087	483.128	16.366	6.593	506.087

	2018				2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	479.779	9.293	530	489.602	479.779	9.293	530	489.602
Constituições/reversões	—	926	3.420	4.346	—	926	3.420	4.346
Atualização monetária	23.706	883	80	24.669	—	—	—	—
Baixas	—	(1.227)	(2.744)	(3.971)	—	—	—	—
Saldo final	503.485	9.875	1.286	514.646	479.779	9.293	530	489.602

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda:

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	10	631.344	483.128	9	644.198	503.485
Provável	3	443.824	443.824	2	468.225	468.825
Possível	7	187.520	39.304	7	175.973	34.660
Trabalhistas	254	111.384	16.366	257	90.638	9.875
Provável	153	74.426	16.366	54	35.789	9.875
Possível	10	2.235	—	66	26.191	—
Remota	91	34.723	—	137	28.658	—
Cíveis	4.943	880.693	6.593	5.503	844.046	1.286
Provável	323	56.097	6.593	183	16.569	1.286
Possível	976	56.527	—	991	62.774	—
Remota	3.644	768.069	—	4.329	764.703	—
Total	5.207	1.623.421	506.087	5.769	1.578.882	514.646

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 335.319 (R\$ 335.319 em 2017) e está representado por 72.762.823 ações nominativas e sem valor nominal (72.762.823 ações em 2017), das quais: 40.941.755 ações ordinárias e 31.821.068 ações preferenciais sem direito a voto.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada em Reuniões do Comitê de Direção em 08 de março e 02 de junho de 2017 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos Administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	27.021	83.777
Constituição da reserva legal (5%)	—	3.647
Lucro líquido ajustado	27.021	80.130
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	—	10.733
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	—	5.500
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	—	3.800

—☆ continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilveículos Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 15P252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilveículos Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasilveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e

elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilveículos Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasilveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

KPMG
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

DIRETORIA

LUIS GUTIÉRREZ MATEO
Diretor Presidente

AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES
FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT

MAURICIO GALIAN
RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR

CONTADORA

DANIELE GOMES YOSHIDA - CRC 15P 255783/O-1

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

mapfre.com.br

A MELHOR PROTEÇÃO PARA
SUA OPERAÇÃO AÉREA?

Á EU VI MAPFRE.

MAPFRE Aeronáutico garante sua tranquilidade, protegendo sua aeronave e os tripulantes. Com coberturas para inúmeros tipos de acidente, o seguro também proporciona proteção para operações aeroportuárias e fabricantes do setor aeronáutico.

 Seguro Aeronáutico

Quer fazer seguro de um jeito simples e transparente?

Pede MAPFRE pro seu corretor.



MAPFRE
A seguradora global de confiança